Os textos são da responsabilidade dos autores que podem optar por seguir ou não o novo Acordo Ortográfico

# INSTITUTO POLITÉCNICO DE CASTELO BRANCO QUE FUTURO QUEREMOS?

FERNANDO RAPOSO

Os problemas do ensino superior não são de hoje. As causas são inúmeras, contudo a vida das instituições de ensino superior, sobretudo as do interior, agravou-se ainda mais, com a crise financeira que assolou o país, no início desta década.

Apesar da criação dos instrumentos legaisnecessários à criação de consórcios entre instituições, que outro objetivo não tinham senão a da*coordenaçãoda oferta formativa,de actividades de investigação e prestação de serviços, da coordenação de recursos humanos e materiais, da reafectação de pessoal e redistribuição de recursos orçamentais e da articulação a nível regional das instituições,* nada foi feito.

A cooperação das instituições, sobretudo entre as do interior do país onde a crise mais se fez e faz sentir, contribuiria, a meu ver, para mitigar as consequências da crise tendo em conta a escassez de recursos e as restrições orçamentais.

Acrescente-se ainda que, face à forte concentração da oferta nas instituições do litoral, foi-se assistindo ao longo deste século, sobretudo a partir de 2010, a uma redução significativa da procura nas instituições do interior do país. Contudo, esta redução não tem origem apenas na excessiva litoralização da oferta, mas também nas dificuldades financeiras das famílias para manterem os seus filhos a estudar fora das suas áreas de residência. Não podemos ignorarque muitos dos estudantes que frequentam as instituições do interior do país, em particular os politécnicos, são provenientes de famílias com rendimentos mais modestos.

A falta de cooperação das instituições, nos termos em que atrás me referi e a tomada de decisões de natureza mais estratégica e estruturante pode justificar-se, em meu entender, pelo condicionamento e frágil legitimação dos decisores. Conforme decorre da lei, os responsáveis das instituições (reitores e presidentes) são eleitos por um Conselho Geral, composto por 15 a 35 membros, em que mais de metade da totalidade dos membros são representantes dos professores e investigadores, os estudantes representam no mínimo 15% e as "personalidades externas de reconhecido mérito" (cooptadas por aqueles), representam pelo menos 30%.

Ora, é este pendor eminentemente corporativo da fonte de legitimação dos decisores que, na minha modesta opinião, condiciona a tomada de decisões e é responsável, também, pela situação difícil de muitas instituições.

Os recursos financeiros mal chegam para pagar aos colaboradores (pessoal docente e não docente), pelo que aquisição de materiais e equipamentos, a realização de visitas de estudo, a conservação de edifícios e outros equipamentos, a renovação da frota de transportes, etc., estão inevitavelmente comprometidos, pondo em causa o objectivo mais nobre das instituições, ou seja, a qualidade do ensino.

Este é um cenário comum à maioria das instituições de ensino superior e no Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB) não é diferente.

Aliás, o IPCB tem um problema acrescido que é o de não ter sido capaz, ao longo dos anos, de ajustar, em algumas áreas de formação, a sua oferta com as necessidades da procura, pelo que tem hoje áreas dotadas de recursos humanos altamente qualificados sem alunos, e outras em que a taxa de procura é bastante satisfatória ou até mesmo elevada, mas sem docentes em número suficiente, porque os recursos financeiros são insuficientes.

Nos últimos dois anos de colocação, de entre as instituições do raio que vai de Portalegre à Guarda, Castelo Branco foi a instituição que, relativamente à 1ª fase de colocação, teve mais cursos com zero colocados. De notar ainda que ao contrário de Portalegre, Castelo Branco e Guarda, que viram reduzir, ao longo dos últimos anos, o seu número de alunos, a Universidade da Beira Interior (UBI) aumentou significativamente, fixando-se hoje acima dos 7.200 alunos.

Todos os que trabalham e estudam no IPCB têm consciência dos problemas enunciados.

Há muito que venho insistindo na necessidade de inverter a situação que se vive no ensino superior, através da adopção de uma "política de redistribuição harmoniosa e equilibrada de cursos e vagas, capaz de promover a mobilidade interna dos estudantes e assegurar o desenvolvimento económico e social de todo o território nacional".

Mas só isto não basta, é necessário que internamente, em cada em cada uma das instituições, e em particular no IPCB, tenhamos consciência das nossas debilidades e fraquezas e assumamos que ninguém é dispensável no esforço de inverter o caminho que temos vindo a trilhar, fazendo do IPCB, a maior instituição de ensino superior do interior do país, como já o foi antes de 2004/2005.

Nessa altura, sobre a presidência do Professor Valter Lemos, o IPCB chegou a aproximar-se dos 5.000 alunos (chegou a ter mais 100 do que a UBI) e o seu orçamento andaria na ordem dos 23 milhões de euros, o que diz bem do prestígio e reconhecimento granjeados pela instituição. São desse tempo a criação da Escola Superior de Artes aplicadas e a integração da Escola de Enfermagem e a consequente passagem a Escola Superior de Saúde, que são hoje as maiores escolas do IPCB.

Agora que entramos no período eleitoral para a Presidência do IPCB, importa que todos tenhamos consciência de que os desafios que temos pela frente não são consentâneos com a inexperiência e a incerteza e antes requerem um presidente experiente, conhecedor, com visão estratégica de futuro,que seja reconhecido e saiba abrir portas e motivar os recursos humanos ao serviço da instituição.

Importa pois saber que futuro queremos para o IPCB.

# MÚSICA CONTEMPORÂNEA

CARLOS SEMEDO

A convite da associação Síntese, sedeada na Guarda, participei recentemente numa Tertúlia sobre o tema Música Contemporânea e programação cultural no interior. O modelo não foi o de conferências seguidas de debate, mas sim uma conversa na qual as diversas camadas do tema foram abordadas pelos convidados. A propósito desta Tertúlia, partilho algumas das minhas reflexões sobre o assunto.

O que é o Interior? Portugal é um país com uma escala muito precisa e em termos musicais cada cidade, cada região dependeu muito mais dos agentes, das pessoas concretas que criaram dinâmicas, muitas vezes independentemente do poder político. Em cidades nas quais existiam escolas de música, havia condições para que a música contemporânea pudesse ter um papel de destaque na oferta formativa e de concertos, mas não era garantido que tal acontecesse. Mesmo em Lisboa, a situação não era muito diferente, apesar de uma escala comparativamente maior e, claro da existência da Fundação Calouste Gulbenkian. Ao longo das últimas décadas, a evolução aconteceu sobretudo ao nível da disseminação da oferta educativa, no território nacional, mantendo-se a música contemporânea num plano relativamente marginal. Estamos, pois, perante um mapa de Portugal complexo, mas bastante uniforme no que respeita à oferta de concertos, encomendas a compositores e no trabalho pedagógico nas escolas de música. O Interior é, na minha opinião, o país todo.

Nesta região, no eixo Abrantes/Guarda, um dos aspectos interessantes é a relativa mobilidade de muitos instrumentistas, sobretudo em funções docentes. É, também, notória a capacidade de as escolas de música criarem condições para que alguns músicos se fixem na região. No caso da cidade de Castelo Branco, o caracter distintivo advém sobretudo da existência da Escola Superior de Artes Aplicadas, que tem na sua oferta formativa a Música. Esta dinâmica não cria, por si só, uma oferta ao nível da música contemporânea estando tudo, mais uma vez, dependente dos actores locais que tenham especial sensibilidade para a necessidade de promover o confronto/diálogo dos públicos com as linguagens por vezes desafiantes da contemporaneidade. Para além de uma programação regular em Castelo Branco, há os exemplos da Guarda, com o Síntese - Ciclo de Música de Música Contemporânea e de Seia, com os seus Dias de Música Electroacústica.

Uma outra pergunta fundamental: de que falamos quando nos referimos a música contemporânea? Fará sentido hoje a fórmula de considerarmos como tal, a música composta depois do Expressionismo e Impressionismo? Creio que não. Muitas obras escritas ao longo do séc. XX são assumidamente canónicas e os ouvidos contemporâneos já incorporaram e assimilaram os seus desafios. Por outro lado, quando falamos de compositores contemporâneos, a diversidade de propostas musicais é de tal maneira evidente, que a esmagadora maioria do público tenderá a fixar-se em uns poucos pontos de referência que, por uma razão ou outra, estejam mais próximos do seu gosto e sensibilidade.

Que fazer, para que o público tenha curiosidade de ir ouvir uma obra desconhecida e, por vezes, de um compositor igualmente desconhecido? Este é, hoje, um dos grandes desafios. O afunilamento do gosto e a curiosidade dirigida (muitas vezes pelo algoritmo, a coberto de uma democraticidade, de uma aparente liberdade quase total) dificultam imenso a resposta esclarecida. Como fazê-lo, quando no espaço público, televisão e rádio, a exposição desta música é quase irrelevante e quando na internet, sobretudo nas plataformas próximas das redes sociais, estamos tão vulneráveis à abundância de estímulos?

Tive um professor, há muitos anos, que me aconselhou a ouvir, todos os dias, logo pela manhã, obras ditas contemporâneas. Procurei seguir esse conselho, durante muito tempo e posso considerar que muita da minha abertura e disponibilidade para ouvir diferentes propostas radica desses tempos, nos quais, num misto de prazer e sacrifício, fui desbravando territórios desconhecidos até então. Esta pode ser a resposta para alguns, poucos, mas para o grande público, que fazer?

Dois pontos importantes: programação que cumpra com uma densidade adequada e uma constância no tempo. Programar uma ou duas vezes por ano, obras contemporâneas é ineficaz. É claramente necessária, uma constância, que possa gerar uma habituação e um diálogo interior no ouvinte. A questão da densidade é, também ela, fulcral. Muitas vezes, será mais adequado ao público, a audição de uma obra contemporânea integrada num programa com obras clássicas ou românticas, ao invés de programas totalmente dedicados à contemporaneidade. Notas de Programa bem elaboradas poderão ajudar o público a contextualizar o que irão ouvir, comentários feitos pelos intérpretes, conversas com os compositores, cruzamentos artísticos e, muito importante, a inclusão nas práticas escolares, nos Conservatórios, Escolas Superiores e Universidades, são possíveis respostas a esta equação de como aproximar o público da expressão musical dos nossos dias.

Como nota final, a percepção de que as dificuldades sentidas relativamente à música, são extensíveis a outras áreas artísticas, como por exemplo, a dança, teatro e as artes plásticas.